



Doi: 10.4025/7cih.pphuem.1378

## **ENCONTROS E DESENCONTOS FRONTEIRIÇOS: PROBLEMÁTICAS RURAIS**

Leandro Baller

Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD

**Resumo.** Aborda a intrínseca relação que ocorre no Paraguai em função da propriedade de terras de brasileiros, que deriva desde os primórdios da segunda metade do século XX, com maior ênfase a partir da década de 1970, e que povoam grande parte da região leste do país vizinho. O objetivo gira em torno de mostrar de que maneira os enfrentamentos entre os camponeses paraguaios e as autoridades do Paraguai – tanto políticas, quanto policiais – negociam esta questão, dado que cerca de 50% das terras estão em mãos de brasileiros, e, sobretudo, nesse momento perceber como a imprensa paraguaia explora esse conflito em um emaranhado de discursos e imagens. As análises realizadas são resultado de pesquisas realizadas nas fronteiras físicas dos dois países para o doutoramento em História na UFGD-BR com estágio doutoral na UNA-PY. Nesse caso a fronteira torna-se local de encontros e desencontros de interesses, que vão desde as práticas sociais desenvolvidas pelas pessoas que vivificam este ambiente – os fronteiriços –, até os conflitos teóricos que passaram a ganhar maior atenção dos pesquisadores, especialmente no decorrer das últimas duas décadas. Em síntese, mostrar como esta condição de trabalhador rural, em alguns casos lhe outorga até mesmo uma nova denominação social como é o caso do brasiguai, e como esses enfrentamentos conduzem na tomada de decisões políticas importantes, como é o caso do impeachment do ex-presidente Fernando Lugo do Paraguai, essas são algumas das problemáticas que se inserem no decorrer da História Presente que permeia os dois países.

**Palavras-chave:** Brasil; Paraguai; Brasiguaios; Fronteiras.

### **INTRODUÇÃO**

Os textos jornalísticos são importantes elementos no conjunto de fontes para o historiador, eles são um segmento da grande imprensa. Obviamente os periódicos devem ser analisados com o mesmo rigor empregado no tratamento de outras tipologias de fontes. Fazer história ‘por meio’ de periódicos é um desafio aos historiadores, embora reconheçamos que, com a abertura historiográfica do final do século XX, “novas abordagens, novos problemas e novos objetos” reconfiguraram a historiografia, oferecendo-lhe um amplo instrumental de análise e uma variada

tipologia documental. Nesse contexto, o jornal escrito aparece como uma das principais fontes indiciárias. A 'História do Tempo Presente' demonstra as potencialidades desse tipo de fonte, o campo histórico é participativo nesse sentido, e a interdisciplinaridade fomenta as possibilidades quanto a esse novo suporte para a pesquisa.

Um ponto central nessa questão é a transformação da imprensa; de meio de comunicação de segmentos privilegiados, em veículo de comunicação para a cultura de massas; isso leva diretamente a outra dificuldade que é perceber a atuação do emissor e do receptor. Francisco Rüdiger expressa essa questão da seguinte maneira.

A relação entre emissor e receptor não depende da vontade do primeiro nem pode ser por ele controlada: é uma variável, entre outras, do sistema social em que está inserida [...] a concepção do público como coletivo de receptores mais ou menos passivos cedeu lugar à idéia de sujeito ativo, que se conduz de maneira consciente e motivada, visando satisfazer certas necessidades via os meios de comunicação (RÜDIGER, 2002, p. 56-57).

Dessa forma, imprensa e público não fazem papel de manipulados ou manipuladores, a propensão depende das necessidades de crer em algo. Trabalho aqui de um modo próximo ao modelo de análise formulado por Luiz Gonzaga Motta, quando enfatiza que.

Não se trata [...] de tentar 'enquadrar' este tipo de notícia num suposto conceito universal. O que pretendemos é explorar as peculiaridades dela e a sua aparente negação do conceito usual de notícia, para entender mais profundamente os mecanismos envolvidos na relação entre o real e o simbólico na produção jornalística (GONZAGA MOTTA, In: DAYRELL PORTO, MOUILLAUD, 2002 p. 307).

O jornal como fonte histórica suscita divergências de ordem teórico-metodológica, e sofre críticas. As fontes da imprensa são manipuladas por interesses de indivíduos, instituições e grupos sociais como qualquer outro tipo de fonte, precisamos buscar desenvolver ferramentas capazes de lidar com as especificidades delas.

As questões relativas ao poder, política, ideologia e propriedade dos meios de comunicação merecem ser destacados; há jogos de interesses que direcionam o

material divulgado. Por outro lado, existem as questões que afloram buscando o interesse do leitor; a coerência e a severidade na análise do periódico são fundamentais. Segundo Vera Regina Veiga França,

Muito tem sido dito sobre as relações nem sempre limpas e transparentes mantidas pelo jornal com os grupos no poder. Reputo da maior importância tais estudos que se propõem a deslindar e denunciar expedientes de toda sorte já utilizados pelo jornal, contrários e danosos ao papel que se espera da imprensa. A mim, no entanto, interessava um outro aspecto. O que mantém um jornal não são (apenas) favores e dinheiro, mas leitores (inclusive é importante lembrar que um jornal apenas serve ao poder na medida de sua força e repercussão junto ao seu leitorado) (VEIGA FRANÇA, In: DAYRELL PORTO, MOUILLAUD, 2002 p. 484).

Dois aspectos importantes surgem nesse sentido, em primeiro lugar, a “construção do problema”, e em segundo a “constituição de uma concepção abrangente e circular do processo de comunicação”. A imprensa não pode ser vista sob uma única perspectiva. Maurice Mouillaud, descreve o jornal como uma membrana viva, um campo de atividade que elabora um trabalho de criação sócio-simbólica. Explica que:

O jornal é apenas um operador entre um conjunto de operadores sócio-simbólicos, sendo, aparentemente, apenas o último: porque o sentido que leva aos leitores, estes, por sua vez, remanejamos a partir de seu próprio campo mental e recolocamos em circulação no ambiente cultural. Se, na origem, o acontecimento não existe como um dado de ‘fato’, também não tem solução final. A informação não é o transporte de um fato, é um ciclo ininterrupto de transformações (MOUILLAUD, 2002 p. 51).

A fonte derivada da imprensa é um meio importante de investigação da História do Tempo Presente. A proposta é estabelecer uma análise criteriosa, e confrontada com outros documentos, sejam eles escritos ou de outra natureza. Trabalhando com a crítica documental procura-se pensar a história por meio de fontes imbuídas da preocupação e verificação de sua autenticidade, nesse momento a preocupação central gira em torno do discurso que a imprensa difunde.

## **A QUESTÃO RURAL: ENCONTROS E DESENCONTROS**

A entrada de brasileiros em busca de terras para plantio no Paraguai se dá com maior ênfase a partir da década de 1970. Essa entrada ocorre em um contexto

em que o latifúndio marcava de vez sua posição perpétua no país desde os finais do século XIX, congregando de um lado poucos proprietários com muitas terras e, de outro, uma quantidade expressiva de ‘campesinos y sin tierras’. Os agricultores brasileiros passam então, a fazer parte desse modelo econômico, incluindo-se na realidade paraguaia e compondo uma parcela de pessoas que vivenciam cotidianamente os conflitos no meio rural paraguaio, sejam pequenos ou grandes proprietários.

A questão rural em especial a que está diretamente ligada ao ingresso de brasileiros no Paraguai são difundidos pela imprensa daquele país, de maneira eloquente. No decorrer dos diversos períodos desta história é possível visualizar várias passagens na imprensa escrita que minimamente ilustram a problemática da qual me proponho a analisar.



Fonte: Jornal ABC Color. Assunção, 01/09/1989, p. 10.

São discursos que por um lado exaltam o progresso nas regiões onde os brasileiros são a maioria em relação aos paraguaios, mas por outro lado também afirmam que uma parcela desses brasileiros não contribui para o crescimento do Paraguai.

EN KATUETE UNA ESCUELA AGRÍCOLA BUSCA RESCATAR DE LA MISERIA A LOS CAMPESINOS

**"Muchos brasileños se llevan la riqueza y no dejan nada"**

FONTE: JORNAL ULTIMA HORA. ASSUNÇÃO, 24/09/2003, p. 09.

Surge até mesmo um discurso que faz críticas as atitudes xenófobas, que em outro momento foi difundido nos meios religiosos do Paraguai e que está ligada

a questão rural, no caso específico envolvendo os denominados brasiguaios e os camponeses paraguaios.



Fonte: Jornal ABC Color. Assunção, 31/08/2003, p. 10.

Em relação a isso o discurso da imprensa paraguaia é mutável. Dependendo da situação em que se dão as tensões, às vezes exagerando nas opiniões, o que fomenta o sentimento xenófobo, e às vezes combatendo tais opiniões. Nesse sentido, percebe-se na imprensa um difusor de notícias e muitas vezes tais notícias não expressam necessariamente a opinião do meio de comunicação em si, mas sim de uma pessoa que discorre sobre uma situação isolada que ocorreu. A respeito dessas considerações, elenquei a matéria publicada pelo Editorial do jornal *ABC Color*, que diz: “La xenofobia nunca há sido buena consejera para conducir a las masas, fomenta las bajas pasiones, incentiva el ódio gratuito hacia minorias indefensas y destruye los mejores sentimientos de hermandad y cooperación [...]” (EDITORIAL: ABC COLOR, 31/08/2003, p. 10).

Na região de fronteira percebe-se atualmente, que o gerenciamento necessário para o estabelecimento das diretrizes entre Paraguai e Brasil, em relação à propriedade de terras e aos agricultores que trabalham nesse espaço fronteiriço, tem se tornado um mecanismo para manipulação política. Ou seja, quando interessa ao segmento político, o problema relativo à propriedade de terras surge com forte presença nas discussões internas nos dois Países, porém, na maioria do tempo, ela permanece esquecida.

Por sua vez as grandes propriedades passam a ser as intermediárias e a fazer o papel da modernização agrícola do Paraguai, com isso, elas mostram como funciona o sistema político e econômico que predomina e como a imigração brasileira para aquele País foi fortalecendo um modelo expansivo de produção que influenciou a característica social da população paraguaia. Seja com a transformação das terras do Estado em grandes propriedades privadas, com a obtenção de grandes parcelas de terras pelos empresários rurais brasileiros e de

outras ascendências, seja com a inserção de mão de obra especializada no setor e que é advinda especialmente do sul e sudeste do Brasil.

Esse modelo de comportamento político paraguaio em relação à propriedade de terras praticamente anulou a participação do trabalhador guarani nesses setores. Isto é, são dois modelos completamente diferentes, o modelo campesino que, por séculos, vem se praticando, preocupa-se com a subsistência e não consegue competir com o modelo capitalista de produção agrícola voltada para a exportação, estes modelos, em muitos lugares, coexistem, mas não de forma harmoniosa.

A miséria do setor rural campesino paraguaio, somada à corrupção de políticos e de dirigentes fiscais, construiu e mantém uma perversa lógica que deixa faltar, inclusive, alimento na mesa dos trabalhadores, um cenário político perfeito para o desenvolvimento da corrupção. A forma depreciativa com que o periódico representa o trabalhador rural paraguaio leva a crer que o pequeno produtor e seu método de cultivo para a subsistência, mantido há várias décadas, encontra-se em completo esquecimento por parte dos setores governamentais.

CORRUPCION DE LA CLASE POLITICA SE NUTRE DE LA MISERIA CAMPESINA (Ultima nota)

## **La democracia no es viable en una sociedad hundida en la ignorancia**

FONTE: JORNAL ABC COLOR.. ASSUNÇÃO, 29/04/2004, p.22.

Os brasileiros e descendentes que vivem no Paraguai são responsabilizados, há várias décadas, por parte de autoridades, em seus discursos políticos, pela decadência da questão agrária, do campesino paraguaio. São julgados como culpados pelo cultivo de grandes extensões de terras, pelo desmatamento, pelas pulverizações, pela contaminação de rios; e, em consequência, pela situação atual dos campesinos. Todavia, não se pode acusar, única e exclusivamente, os imigrantes e descendentes, pois o “atraso” do setor é fruto de um contexto maior e que envolve diretamente e, inclusive, as autoridades do país, na medida em que eles possibilitaram a concentração de grandes extensões de terras pelas companhias, ainda no século XIX.

No seio dessas discussões é importante lançar algumas questões, para análise. Por exemplo, o como as autoridades políticas paraguaias estão lidando com as novas ferramentas de controle sobre a propriedade rural no País, tendo em vista a Constituição Nacional de 1992, a Lei de Zona de Segurança de Fronteiras de 2004, e o Novo Estatuto Agrário e suas disposições a partir de 2002. A intenção é lançar o questionamento acerca da utilização dessas novas vias legais, uma vez que se percebe o legado de antigos *modus operandi* na maneira como essas questões são encaminhadas.



Fonte: Jornal Ultima Hora, Asunción – PY, 24/06/2009, p. 20.

O periódico é crítico para com a situação, afirmando que os culpados são além do INDERT, o Ministério da Agricultura do Paraguai e os brasileiros, sendo esse um problema histórico que deriva também da falta de organização e interesse do governo e dos agricultores. O modo como são vistos os brasileiros e descendentes que moram e exercem a prática agrícola no Paraguai – expansionistas; invasores; destruidores do meio ambiente; pulverizadores de veneno no campo; expulsadores; espoliadores dos camponeses e das pequenas propriedades. São vistos ainda como responsáveis pela situação em que se encontram os trabalhadores rurais paraguaios.

Ao contrapor os mecanismos de regularização rural percebe-se que há descaso em relação às demandas das pessoas e dos movimentos de trabalhadores rurais. Atualmente várias leis existentes sobre a questão agrária são parciais; e impraticáveis, pois o próprio Estado não comporta infraestrutura administrativa capaz de colocá-las em prática. Nesse sentido, para a Federación Nacional Campesina (FNC), o Estado paraguaio nunca teve e nem tem uma política de desenvolvimento rural.

ODILÓN ESPÍNOLA, SECRETARIO GENERAL DE LA FEDERACIÓN NACIONAL CAMPESINA (FNC)

## **“El Estado paraguayo nunca tuvo ni tiene una política de desarrollo rural”**

FONTE: JORNAL *ULTIMA HORA*. ASSUNÇÃO, 01/11/2004.

Na mesma direção segue o protesto acerca das deliberações da Mesa Coordinadora Nacional de Organizaciones Campesinas (MCNOC) que ressalta que o Estatuto Agrário não serve aos camponeses, que os documentos apenas mantêm privilégios para os grandes proprietários de terras e para os criadores de gado, os grandes proprietários e fazendeiros são os segmentos que conseguem atender às disposições exigidas no Estatuto Agrário. Para o presidente da MCNOC em 2001, a situação é evidente e ressalta “que el escrito estudiado no es válido tal como está. Para mi, esto está liquidado, y así no se va a solucionar la problemática del campo” (JORNAL LA OPINIÓN, 27/07/2001).

DECLARACIONES DE DIRIGENTE DE LA MCNOC

## **“El nuevo Código Agrario no les sirve a los campesinos”**

■ El documento sólo mantiene los privilegios de los ganaderos, aseguran

FONTE: JORNAL *LA OPINIÓN*. ASSUNÇÃO, 27/07/2001.

Por outro lado, a Asociación Rural del Paraguay (ARP) defende as políticas do governo e o Estatuto Agrário. Para a ARP, a agricultura deve ser pensada no conjunto da nação e não deve obedecer a aspirações setoriais, por exemplo, apenas interesses de camponeses e pequenos agricultores rurais. Esses são alguns exemplos de órgãos ligados aos interesses e defesas dos trabalhadores rurais que, no momento da discussão, da elaboração e da aplicação dos novos dispositivos das leis rurais, estavam à frente das contendas políticas no Paraguai democrático.

No Jornal *Ultima Hora*, de Assunção, do dia 1º de novembro de 2004, o periódico traz a notícia “*El Estado paraguayo nunca tuvo ni tiene una política de desarrollo rural*”, momento em que uma liderança se expressa no contexto das

discussões de revisão do Estatuto Agrário do País, promovendo dura crítica ao governo nacional do Paraguai. Nesse contexto, a liderança promove a FNC em suas funções junto aos trabalhadores, especialmente os camponeses, falando de temas polêmicos como a repartição de terras, o comportamento dos órgãos do Estado junto aos trabalhadores rurais, as novas aspirações da Federação Nacional Campesina e os futuros programas que este órgão pretende articular.

Ainda faz reflexão em torno da produção no País, momento em que direciona seu discurso aos grandes empresários agrícolas, especialmente sojicultores, deixando transparecer a necessidade de um maior controle sobre os impostos que estes pagam, defendendo a necessidade de o Estado possuir um plano de desenvolvimento nacional para determinar a cobrança de impostos dos agricultores. Impostos que deveriam levar em conta as especificidades de cada produtor, a proporcionalidade de terras e a quantidade de produção.

Dois aspectos importantes devem ser percebidos nessa fonte. Em primeiro lugar, a construção do problema, e, em segundo, a constituição de uma concepção abrangente e circular em torno do processo de comunicação que, ao que parece, a liderança da FNC sabe que o periódico, por meio da difusão, é capaz de desenvolver.

Os discursos emanados pelo periódico são antagônicos dos discursos em relação ao trabalho rural sobre o Paraguai ouvidos no Brasil. Os discursos, no Brasil, sobre o meio rural paraguaio fazem referência à produtividade, ao trabalho mecanizado, à tecnologia, mas as dificuldades que a grande maioria dos trabalhadores enfrenta naquele país não aparecem. Dificuldades que são fruto de uma historicidade, de uma situação construída em meio à instabilidade política/social, uma condição que parece se perpetuar no país vizinho.

Percebemos que as políticas e a construção de mecanismos por parte do governo do Paraguai, e que aparecem nos documentos oficiais, sofrem críticas dos paraguaios e também dos brasileiros, uma vez que esses mecanismos se tornam meios utilizados como forma de adquirir apoio político e prestígio junto aos camponeses paraguaios, por serem propostas produzidas em contextos de efervescência das discussões agrárias, ou seja, em momentos estratégicos.

É o caso da Constituição Nacional de 1992, que tinha como dever suplantar as diretrizes da Constituição de 1967, de Stroessner, bem como o da Lei de Fronteiras que visava regularizar a polêmica em relação às propriedades de terras de estrangeiros na região fronteira do Paraguai, problema que se arrasta por praticamente meio século, em grande medida ocasionado pela política de abertura das fronteiras aos estrangeiros, promovida por Stroessner no Estatuto Agrário de 1967. São providências que necessitam ser operacionalizadas na prática, atualmente; contudo, elas encontram resistência de setores políticos e sociais que se identificam com a história de um passado recente e de um Estado que também não possui estrutura para tal ação.<sup>1</sup>



Fonte: Jornal Última Hora, asunción –PY, 30/06/2009, p. 22.

Isso aponta para um antagonismo paradoxal vivenciado pela sociedade rural do Paraguai que, por um lado, é um dos maiores produtores de grãos do mundo, e, por outro, possui uma massa de desalojados de propriedades rurais no País.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Contudo, a relação de coexistência entre brasileiros e paraguaios no Paraguai apresenta-se em plena construção e não dispõe de uma perspectiva unilateral de percepção sobre o tema, pois há interesses coletivos caminhando lado

---

<sup>1</sup> Quando falo da falta de estrutura do Estado na implementação prática das leis existentes sobre o problema da propriedade de terras de estrangeiros na região de fronteira do Paraguai, exemplifico com a *Comisión Interinstitucional de Zona de Seguridad Fronteriza* (CIZOSEF). Para o trabalho desta *Comisión* constam aproximadamente 790 mil propriedades rurais para serem inventariadas. Segundo as autoridades que estão à frente dos trabalhos da *Comisión*, a lei enfrenta resistência especialmente no Congresso paraguaio e várias revisões já foram solicitadas sobre o inventário, isso prejudica o andamento dos trabalhos. Outra questão é o baixo contingente aplicado nesse trabalho, com apenas 16 agentes trabalhando no inventário, ao que consta, segundo as autoridades, esse será um longo trabalho, para muitos anos. Saliento que os trabalhos de inventário da *Comisión* tiveram início em 2005, e, até esse momento, a fronteira da região ocidental está em fase de conclusão, sendo que a região ocidental praticamente não apresenta problemas em relação à propriedade de estrangeiros, ao contrário da fronteira oriental, que possui menos de 10% da zona de fronteira inventariada, e contem em seu interior um contingente demográfico de brasileiros absurdamente alto.

a lado com interesses individuais que, em grande medida, são resultados de projetos políticos arquitetados em outros tempos, mas que na atualidade não operam no sentido de congregar a novidade dos aparatos legais aprovados no país. Diante disso, é evidente que há um movimento espontâneo de brasileiros que seguiu rumo ao país vizinho e esses brasileiros difundem no Paraguai práticas e representações da brasilidade.

Justamente porque os desígnios do Estado não são os interesses da sociedade, e a política emanada pelo Estado sofre resistência do trabalhador rural sobretudo nessa zona de conflito que é a fronteira, seja ele o construtor de fronteira, seja ele o cruzador de fronteira. Assim, a partir da década de 1990, assiste-se a uma transformação na fronteira, especialmente no meio rural, que diz respeito à relação do homem com a propriedade de terras, momento em que a agricultura familiar vai perdendo lugar para o avanço da mecanização e difunde no Paraguai o agronegócio.

O agronegócio como modelo agrícola transforma a paisagem natural do Paraguai, faz do País um dos maiores produtores e exportadores de soja do mundo. Entretanto, a forma como o agronegócio se propagou sofre críticas de especialistas que pesquisam o meio rural paraguaio, justamente por não haver regularização dessa forma de produção, o que vai tornando o Paraguai um país descampado, sem matas, sem rios e, principalmente, sem um lugar/terra para o campesino paraguaio que representa a cultura da forma de ser do agricultor no Paraguai, na medida em que ele cultiva e extrai da propriedade tudo o que necessita, em um modelo de agricultura de subsistência que, segundo especialistas, caracteriza-se pela sustentabilidade. Característica que a grande propriedade, baseada na produção para exportação, o que alimenta o agronegócio, não preserva.

## **REFERÊNCIAS**

GONZAGA MOTTA, Luiz. Teoria da notícia: as relações entre o real e o simbólico. In: MOUILLAUD, Maurice; DAYRELL PORTO, Sérgio (org.). *O Jornal: da forma ao sentido*. Trad. Sérgio Grossi Porto. 2 ed. Brasília: EdUNB, 2002.

MOUILLAUD, Maurice. A crítica do acontecimento ou o fato em questão. In: MOUILLAUD, Maurice; DAYRELL PORTO, Sérgio (org.). *O Jornal: da forma ao sentido*. Trad. Sérgio Grossi Porto. 2 ed. Brasília: EdUNB, 2002.

RÜDIGER, Francisco. *Ciência social crítica e pesquisa em comunicação: trajetória histórica e elementos de epistemologia*. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2002.

VEIGA FRANÇA, Vera Regina. Construção jornalística e dizer social. In: MOUILLAUD, Maurice; DAYRELL PORTO, Sérgio (org.). *O Jornal: da forma ao sentido*. Trad. Sérgio Grossi Porto. 2 ed. Brasília: EdUNB, 2002.

## FONTES

Jornal ABC Color. Assunção, 29/04/2004; 31/08/2003; 01/09/1989.

Jornal La Opinión, Assunção, 27/07/2001;

Jornal Ultima Hora, Assunção, 01/11/2004; 24/06/2009; 30/06/2009; 24/09/2003.

## ANEXOS



Fonte: Jornal Ultima Hora, Asunción – PY, 20/06/2009, Capa.

## Labriegos queman vivienda en estancia ante inacción policial

Campeños denominados *sintierros* ocuparon un inmueble y prendieron fuego a uno de los retiros ganaderos. Los mismos exigen la agilización de la compra de las tierras de parte del Indert.

Fonte: Jornal Ultima Hora, Asunción – PY, 23/06/2009, p. 50.

■ PESE A BUROCRACIA PARA ACCEDER A LAS RADICACIONES

## “Brasiguayos” luchan por su integración

**A** sí como en la Argentina la presencia paraguaya es una realidad con más de 700.000 compatriotas, los migrantes brasileños también ya forman parte de nuestra vivencia. En un seminario que concluyó ayer los llamados “brasiguayos” se quejaron de los innumerables problemas que deben soportar para conseguir la radicación. Las coimas, multas y dilaciones para facilitar los documentos están al día cuando se acercan a las instituciones públicas para adecuarse a las exigencias legales de nuestro país.

Fonte: Jornal ABC Collor, Asunción – PY, 10/10/1999, p. 26.

## 92 sintierras de Arroyito fueron apresados ayer

Por Justiniano Riveros  
ARROYITO, HORQUETA

Campesinos sin tierra de Arroyito, Horqueta, en el Departamento de Concepción, que el lunes quemaron un retiro ganadero del brasileño Jorge Luiz Zanetti, fueron reprimidos por la Policía ayer y varios de ellos detenidos y puestos a disposición de la Justicia.

Fueron sorprendidos y acorralados en su campamento ubicado frente al inmueble del brasileño, produciéndose una balacera e incluso, cruce de fuego. Pese el tenso ambiente,

no hubo heridos graves, más que golpeados y contusos.

Ante este hecho la población de Arroyito reaccionó y anunciaron que cerrarían la ruta V, desde hoy.

Una dotación de 200 efectivos policiales con cascos azules encabezados por el comisario Cándido Montaña, la fiscal Dora Irazábal y el juez Hernán Centurión llegaron hasta el campamento y procedieron a realizar una rápida y violenta intervención con disparos intimidatorios, golpes y patadas a los más de 200 campesinos que se encontra-

ban en las diferentes carpas. Incluso, hubo disparos de parte de los campesinos, hecho que no arrojó víctimas.

Fueron detenidas 92 personas, 18 son mujeres e identificados los líderes, Joel Sosa, presidente de la comisión 22 de Setiembre, y sus miembros, Benjamín Lezcano, Salvador Sánchez, Osvaldo César Martínez, Valerio Cristaldo Vargas y Marcos Ramón Ocampos, todos con órdenes de captura. Los policías destruyeron y quemaron todas las carpas y enseres, incluso una bicicleta, y requisaron 18 motos.

Fonte: Jornal Ultima Hora, Asunción – PY, 30/06/2009, p. 22

## Lugo no podrá atender todas las exigencias de campesinos

Los referentes de la Federación Nacional Campesina se reunieron ayer con el presidente y no hubo ningún acuerdo. Odilón Espínola señaló que seguirán con su medida de fuerza y habló de inoperancia.

Fonte: Jornal Ultima Hora, Asunción – PY, 24/06/2009, p. 52.